

Alerta Legislação nº 08, de 16 a 21 fev. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.349, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados e sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 18.402, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026

Institui a Política Estadual de Garantia dos Direitos da Pessoa com Câncer e dá outras providências.

LEI Nº 18.401, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026

Institui o Selo "Cidade Mulher Paulista", a ser conferido aos municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres.

LEI Nº 18.399, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026

Institui o "Selo Empresa Amiga do Cuidado", destinado a reconhecer empresas que abonem faltas de seus empregados e empregadas para acompanhamento de filhos, tutelados ou pessoas sob sua responsabilidade em atendimentos de saúde ou compromissos escolares.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

**18/02/2026
(Edição extra)**

LEI Nº 15.351, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2026

Altera a [Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001](#), que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União; e revoga a [Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008](#).

	<u>LEI Nº 15.350, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal; e dá outras providências. <u>LEI Nº 15.349, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados e sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Aprova o Regimento Interno da Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEC Nº 169, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Encerra o calendário operacional do Programa Pé-de-Meia referente ao ano de 2025 e estabelece o calendário operacional do Programa Pé-de-Meia para o ano de 2026. <u>PORTARIA MEC Nº 157, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> (*) Regulamenta os fluxos relativos ao trânsito vicinal fronteiriço eventual de servidores do Ministério da Educação e entidades vinculadas entre cidades-gêmeas do Brasil e países limítrofes. (*) Republicada por ter saído, no DOU de 18-2-2026, Seção 1, pág. 152, com incorreção do original. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 165, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> (...) Art. 1º. Esta portaria estabelece os parâmetros para distribuição dos recursos da Quota Estadual e Municipal do Salário-Educação, divulga a estimativa anual de repasse aos Estados, Distrito Federal e Municípios no ano de 2026 e as regras para operacionalização das contas correntes, da gestão, da aplicação, da fiscalização e da assistência técnica acerca dos recursos financeiros repassados. (...) → Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI)

	<u>PORTARIA Nº 10, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece critérios, contrapartidas e indicadores de monitoramento para o apoio técnico e financeiro às instituições federais de ensino no âmbito de ações de formação inicial, continuada e de eventos de natureza educacional.
Ministério da Fazenda	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL → Subsecretaria da Dívida Pública <u>PORTARIA STN/MF Nº 349, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026</u> (...) Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de janeiro de 2026: (...)
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MGI/MD Nº 7, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> (...) Art. 1º Autorizar o Comando da Aeronáutica, contratar, por tempo determinado, o quantitativo máximo de quatrocentos e oitenta e nove pessoas, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "a", da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, conforme Anexo. <u>PORTARIA MGI Nº 984, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Portaria MGI nº 7.142, de 10 de novembro de 2023, que estabelece as condições e os procedimentos relativos à gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 10.244, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera dispositivos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5 e nº 6, ambas de 28 de setembro de 2017, que dispõem sobre o Programa Academia da Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 427, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa - IN nº 162, de 1º de julho de 2022, que estabelece a ingestão diária aceitável (IDA), a dose de referência aguda (DRfA) e os limites máximos de resíduos (LMR) para insumos farmacêuticos ativos (IFA) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal. → 4ª Diretoria → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 642, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...)

	SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 12, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o pertuzumabe em combinação com trastuzumabe e quimioterapia no tratamento neoadjuvante de pacientes com câncer de mama HER2-positivo inicial.
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.148, DE 27 DE JANEIRO DE 2026</u> Altera a Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, os Anexos VI e VIII da Resolução Normativa nº 956, de 7 de dezembro de 2021 - Módulos 6 e 8 do PRODIST, a Resolução Normativa nº 1.003/2022 - Submódulos 2.5 e 2.5-A do PRORET e a Resolução nº 846, de 11 de junho de 2019, dispondo sobre ações para aumentar a satisfação do consumidor e demais usuários com a prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 224, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a aprovação dos critérios de elegibilidade e partilha visando o fortalecimento das provisões dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centros POP's. <u>RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 223, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre os parâmetros para o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>RESOLUÇÃO GGPAA Nº 29, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece os preços a serem pagos aos beneficiários fornecedores e às unidades de beneficiamento pelo litro de leite, no âmbito da modalidade PAA Leite, do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO → Conselho Diretor <u>RESOLUÇÃO SFB Nº 31, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos com vistas à melhoria contínua da qualidade normativa do Serviço Florestal Brasileiro.
Ministério do Planejamento e Orçamento	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 49, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação; de Minas e Energia; e da Saúde, e de Encargos Previdenciários da União, crédito suplementar no

	valor de R\$ 845.954.567,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Ministério do Turismo	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTUR Nº 4, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Portaria MTur nº 41, de 14 de novembro de 2025 que institui a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH), em meio digital, e dispõe sobre a Plataforma FNRH Digital.
Banco Central do Brasil (BCB)	DIRETORIA COLEGIADA (DC) <u>ATO DO PRESIDENTE Nº 1.378, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Decreta a liquidação extrajudicial da Pleno Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. <u>ATO DO PRESIDENTE Nº 1.377, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Decreta a liquidação extrajudicial do Banco Pleno S.A.
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
19/02/2026	<u>LEI Nº 18.403, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o direito à instalação de estação de recarga individual para veículos elétricos em edificações residenciais e comerciais no Estado e dá outras providências.
18/02/2026 (Ed.suplementar)	<u>LEI Nº 18.400, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> (Projeto de lei nº 462/2025, do Deputado Caio França – PSB) Declara a música eletrônica como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural do Estado.
18/02/2026	<u>LEI Nº 18.402, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui a Política Estadual de Garantia dos Direitos da Pessoa com Câncer e dá outras providências. <u>LEI Nº 18.401, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui o Selo “Cidade Mulher Paulista”, a ser conferido aos municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres. <u>LEI Nº 18.399, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui o “Selo Empresa Amiga do Cuidado”, destinado a reconhecer empresas que abonem faltas de seus empregados e empregadas para acompanhamento de filhos, tutelados ou pessoas

	sob sua responsabilidade em atendimentos de saúde ou compromissos escolares. <u>DECRETO Nº 70.378, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SCTI Nº 07, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Credencia a EsalqTec – Incubadora Tecnológica da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), na Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica – RPITec
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 26, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a emissão de histórico escolar, certificado e diploma para estudantes das turmas de Ensino Médio no Itinerário de Formação Técnica Profissional nas Escolas Estaduais, e dá providências correlatas
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 07, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre os processos mínimos de prevenção, detecção, tratamento e resposta a incidentes de segurança cibernética no âmbito da Administração Pública estadual e disciplina a atuação do Centro de Operações de Segurança do Estado - SOC, sob coordenação da Secretaria de Gestão e Governo Digital.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) → Câmara de Administração <u>DELIBERAÇÃO CAD-A-01-26, DE 10/02/2026</u> Dispõe sobre a realização do trabalho híbrido para os servidores das Carreiras dos Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - Paepe e de Procuradores no âmbito da Universidade Estadual de Campinas.
Ministério Público do Estado (MPE)	GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.241/2026-PGJ, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Homologa a modificação das atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica da Capital.

Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
20/02/2026	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1035, DE 2025</u> <u>MENSAGEM A-Nº 030/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 13 de fevereiro de 2026. (...) De iniciativa parlamentar, a proposição institui a Política Estadual de Segurança do Abastecimento de Água. (...) <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 425, DE 2025</u> <u>MENSAGEM A-Nº 029/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 18 de fevereiro de 2026. (...) De iniciativa parlamentar, a medida dispõe sobre a instalação de estação de recarga individual para veículos elétricos em edificações residenciais e comerciais no Estado e dá outras providências. (...) PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 98/2026, DE 20/02/2026</u> Reconhece a Trilha de Longo Curso "Trilha Transmantiqueira" como parte relevante do patrimônio turístico territorial, ambiental e cultural do Estado de São Paulo, estabelece seu trajeto e seus municípios integrantes. <u>PROJETO DE LEI Nº 94/2026, DE 20/02/2026</u> Dispõe sobre o fornecimento de touca hipotérmica (touca inglesa) no âmbito da rede pública estadual de saúde do Estado de São Paulo para pacientes em tratamento de câncer.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
21/02/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 07/2026</u> DÍVIDA ATIVA – PREFEITURAS O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 709, de 1993, bem como pelo seu Regimento Interno, considerando a contínua necessidade de aprimoramento das análises voltadas à verificação da eficiência da gestão fiscal dos municípios jurisdicionados, em especial no tocante à temática da dívida ativa, COMUNICA aos(às) Senhores(as) Prefeitos(as) que deverão - até o dia 06 de março de 2026 - responder a um questionário <i>online</i> disponível por meio do sistema "Questionários", no Portal de Sistemas do TCESP (https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/sistemas/sistema.xhtml), intitulado "Diagnóstico de Gestão e Cobrança da Dívida Ativa Municipal".

	O acesso ao questionário também pode ser efetuado pelo <i>link</i> "LOGIN" na página principal do TCESP na internet, mediante o preenchimento do usuário e senha do(s) servidor(es) previamente cadastrado(s) no Sistema de Delegações de Responsabilidade. Após entrar no Sistema de Delegações de Responsabilidade, no sistema "Questionários" clique no ícone "Diagnóstico de Gestão e Cobrança da Dívida Ativa Municipal" para acesso. Caso não consiga, entre em contato com o Gestor do Sistema de Delegações de Responsabilidade em sua entidade, para que seja feita a liberação do acesso ao sistema "Questionários" no papel de "Entrevistado" (o manual com instruções a este respeito pode ser verificado em https://www4.tce.sp.gov.br/sistema-de-delegacoes-de-responsabilidades). Para usuário(s) responsável(is) pelo preenchimento ainda não cadastrado(s), recomendamos solicitar seu cadastro junto ao Gestor. Já no caso de Prefeituras sem o Gestor cadastrado, indicamos seguir as instruções do Comunicado SDG nº 43/2015 (para tanto, deve ser encaminhado - pelo canal "Fale Conosco" - um ofício digitalizado, devidamente assinado pela autoridade competente, contendo o nome completo, CPF, cargo efetivo, data da admissão e o e-mail institucional do servidor que será cadastrado como usuário "Gestor do Órgão"). Ressalta-se que o conteúdo do questionário "Diagnóstico de Gestão e Cobrança da Dívida Ativa Municipal" servirá de subsídio às atividades ordinárias de fiscalização das contas municipais, devendo ser preenchido com total fidedignidade. Publique-se. São Paulo, 20 de fevereiro de 2026. CRISTIANA DE CASTRO MORAES PRESIDENTE (...)
20/02/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 04/2026</u> Regulamentação da Educação Integral em Tempo Integral em suas respectivas redes de ensino O Tribunal de Contas do Estado, com fundamento na Lei Complementar nº 709, de 1993, e bem assim em seu Regimento Interno, INFORMA aos Municípios e agentes públicos correspondentes que os sistemas de ensino deverão revisar e atualizar, até 1º de julho de 2026, os normativos que regulamentam a Educação Integral em Tempo Integral em suas respectivas redes de ensino. Os sistemas de ensino que não possuem normativo específico sobre a Educação Integral em Tempo Integral deverão elaborá-lo e instituí-lo dentro deste mesmo prazo. A Resolução CNE/CEB Nº 1, de 2 de fevereiro de 2026, alterou o art. 28 da Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, pois, até então, o prazo estabelecido determinava que os sistemas de ensino deveriam revisar e atualizar no prazo da Resolução CNE/CEB nº 7 que se encerraria ainda neste mês de fevereiro de 2026. Com a ampliação do prazo, até 1º de julho de 2026, as redes de ensino terão mais tempo para se planejarem e se organizarem quanto os normativos que regulamentam a Educação Integral em Tempo Integral em suas respectivas redes de ensino.

	A política de educação em tempo integral de cada ente federativo deve ser concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Reiteramos a importância do cumprimento do prazo estabelecido para a revisão e atualização os normativos que regulamentam a Educação Integral em Tempo Integral. SDG, em 19 de fevereiro de 2026. GERMANO FRAGA LIMA SECRETÁRIO-DIRETOR GERA
--	---

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>